

REDAÇÃO ORIGINAL	ABEMA	SOCIEDADE CIVIL	GOVERNO FEDERAL	ENTIDADES EMPRESARIAIS
A) Governança do Sistema Nacional do Meio Ambiente				
Avaliação da Política Ambiental				
15. Cipam: avaliar a implementação da Política Ambiental no país, começando pelos temas e as áreas de maior conflito, especialmente nos hotspots de desmatamento no Cerrado e na Amazônia, e trazer para as Plenárias do Conama os principais elementos de discussão para debate. Sugestão de temas: implementação do Código Florestal e concessão de Autorizações de Supressão de Vegetação, especialmente no Cerrado. (destaque Abema) (Sociedade Civil solicita manutenção do texto)	Avaliar a implementação da Política Ambiental no país, identificando as áreas de maior conflito e estabelecendo sugestões para pacificação das regras a serem aplicadas pelos órgãos do SISNAMA, com atenção especial para o licenciamento ambiental, a autorização de supressão de vegetação e os mecanismos para fortalecimento das soluções para o financiamento e compensação pelo desmatamento evitado. (proposta de redação ABEMA)			
B) Proteção e recuperação da biodiversidade e combate ao desmatamento e incêndios				
Biodiversidade e Conservação dos Ecossistemas				
6. Validar o Cadastro Ambiental Rural e implementar o Plano de Regularização Ambiental, assim como outros instrumentos do Código Florestal. (destaque Abema e MME)	Promover recurso e ações com a finalidade de: i) promover a validação dos cadastros ambientais rurais nas modalidades de análise dinamizada e individual ii) implantar todas as modalidades de regularização previstas no PRA – Programa de Regularização Ambiental; iii) garantir o desenvolvimento do módulo de monitoramento das atividades do PRA, em todas as modalidades; iv) prever apoio e ações específicas para regularização do pequeno produtor e da agricultura familiar, beneficiários ou não da reforma agrária; v) avaliar e implementar o Plano de Ação previsto do Regulariza-Agro, com os ajustes que se fizerem necessários. (proposta ABEMA)/	Os Estados, com apoio da União, devem empenhar esforços para implementar os instrumentos do Código Florestal, especialmente o processo de validação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e a implementação do Programa de Regularização Ambiental (PRA). (Proposta de Redação Sociedade Civil)		
Combate ao Desmatamento				

REDAÇÃO ORIGINAL	ABEMA	SOCIEDADE CIVIL	GOVERNO FEDERAL	ENTIDADES EMPRESARIAIS
12. Reduzir o desmatamento legal e ilegal em todos os biomas de forma consistente (mínimo de 50% com relação à 2023). (destaque Abema e CNI)/	Promover ações que culminem na redução do desmatamento ilegal de forma consistente (mínimo 50% em relação a 2023) (Proposta da ABEMA)/	Zerar o desmatamento ilegal em todos os biomas e unidades federativas e reduzir o desmatamento legal por meio de instrumentos econômicos de valorização da bioeconomia e da floresta em pé, de modo a cumprir as metas estabelecidas pelo Brasil no âmbito do Acordo de Paris, com desmatamento zero em 2030. (Proposta de alteração Sociedade Civil)		
Câmara Técnica de Biodiversidade, Áreas Protegidas, Florestas, Educação Ambiental e Bem-Estar Animal				
16. Priorizar resoluções que facilitem e promovam a redução do desmatamento, especialmente no Cerrado e na Amazônia, além do fortalecimento do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC)/	Avaliar a criação normas que regulem o controle do uso dos recursos naturais florestais e não florestais, com destaque para criação de mecanismos de estímulo ao desmatamento evitado de todos os biomas. (proposta de alteração de redação ABEMA)	Priorizar a discussão e aprovação de resoluções que: (i) facilitem e promovam a redução do desmatamento em todos os biomas; (ii) fortaleçam o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). (proposta de novas redações sociedade civil)		Destques CNI - retirada de menção a resoluções prioritárias
		Conama: promover a maior integração entre União, Estados e Municípios na implementação dos processos de criação de novas unidades de conservação.(proposta de novas redações sociedade civil)		
	16. A - Fortalecer a estrutura do Sistema Nacional de Unidade de Conservação (SNUC), criando mecanismos que garantam a implementação das Unidades de Conservação, federais, estaduais e municipais. (Proposta de inclusão ABEMA)			
Revisar o conjunto de resoluções que tratam da caracterização de tipologias e estágios sucessionais do bioma Mata Atlântica para todos os estados por ele abrangidos, a exemplo das Resoluções Conama nº 417/2009 e 423/2010.				Destques CNI - retirada de menção a resoluções prioritárias

REDAÇÃO ORIGINAL	ABEMA	SOCIEDADE CIVIL	GOVERNO FEDERAL	ENTIDADES EMPRESARIAIS
Resoluções para a regulamentação das Zonas de Amortecimento e Corredores Ecológicos das Unidades de Conservação (UCs), conforme previsto no art. 25 da Lei 9.985/2000 (Lei do SNUC).	Proposta de exclusão ABEMA	Sociedade Civil sugere a manutenção do texto		
Resolução para a regulamentação do Fundo da Mata Atlântica criado pela Lei 11.428/2006 (Lei da Mata Atlântica).				Destques CNI - retirada de menção a resoluções prioritárias
Executivo Federal: promover a regulamentação do Fundo de Restauração do Bioma Mata Atlântica, instituído pelo Art. 36 da Lei 11.428 de 2006. (Sugestão de alteração Sociedade Civil).				
Resolução elaborada em conjunto com a Câmara Técnica de Controle Ambiental e Gestão Territorial para a definição de critérios de localização de parques solares e eólicos, de forma a minimizar os impactos na sociobiodiversidade.		Sociedade Civil sugere a manutenção do texto		Destques CNI - retirada de menção a resoluções prioritárias
C) Enfrentamento da emergência climática				
1. Cumprir as metas e compromissos do Brasil ante tratados internacionais, em particular a Convenção Quadro sobre Mudança Climática e seus acordos subsidiários.			Apoiar o cumprimento das metas e compromissos do Brasil ante tratados internacionais, em particular a Convenção Quadro sobre Mudança Climática e seus acordos subsidiários. (Sugestão de alteração Casa Civil)	
2. Elaborar de forma participativa e implementar Plano Nacional e Planos Estaduais de Adaptação à Mudança Climática.			Elaborar de forma participativa e implementar Plano Nacional e Planos Estaduais de Adaptação à Mudança Climática, incluindo questões de Justiça Climática (Proposta de alteração de redação SMC) /	
			Apoiar a elaboração de forma participativa e implementação do Plano Nacional e Planos Estaduais de Adaptação à Mudança Climática. (Sugestão de alteração Casa Civil)	

REDAÇÃO ORIGINAL	ABEMA	SOCIEDADE CIVIL	GOVERNO FEDERAL	ENTIDADES EMPRESARIAIS
3. Elaborar de forma participativa e implementar Plano Nacional e Planos Estaduais de Enfrentamento às Emergências Climáticas.			Apoiar a elaboração de forma participativa e implementação do Plano Nacional e Planos Estaduais de Enfrentamento às Emergências Climáticas. (Sugestão de alteração Casa Civil)	
4. Promover a criação e qualificação de Núcleos Locais de Enfrentamento às Emergências Climáticas.			Apoiar a criação e qualificação de Núcleos Locais de Enfrentamento às Emergências Climáticas. (Sugestão de alteração Casa Civil)	
6. Definição participativa dos parâmetros socioambientais da transição energética.			Apoiar a elaboração de forma participativa dos parâmetros socioambientais da transição energética. (Sugestão de alteração Casa Civil)	
C) Enfrentamento da emergência climática				
8. Formular políticas públicas que incentivem a descarbonização do setor transportador e aproveite potenciais intrínsecos de cada modal, a partir do equilíbrio entre os modais na matriz nacional.			Destaque Ministério do Transporte	
9. Garantir a previsibilidade no licenciamento ambiental das obras do setor de transporte.			Garantir a previsibilidade no licenciamento ambiental das obras do setor de transporte, incluindo análise de emissão de GEE (gases de efeito estufa). (Proposta de alteração SMC).	
10. Utilizar ferramentas tecnológicas da informação para a sistematização, uniformização e agilidade dos processos de licenciamento.			Destaque Ministério do Transporte	
11. Padronizar procedimentos de licenciamento entre União, Estados e Municípios para as obras do setor de transporte.			Destaque Ministério do Transporte	

REDAÇÃO ORIGINAL	ABEMA	SOCIEDADE CIVIL	GOVERNO FEDERAL	ENTIDADES EMPRESARIAIS
12. Aprovar normativas que regulamentem o Mercado Brasileiro de Redução de Emissões, dando previsibilidade aos investidores por meio de segurança jurídica e institucional.(Proposta de exclusão SMC)			Proposta de exclusão Casa Civil, SMC e Destaque Ministério do Transporte	
13. Desenvolver estudos e projeções de oportunidades de negócios para a descarbonização do transporte.			Destaque Ministério do Transporte	
14. Ampliar programas que estimulem a produção e o uso de propulsões alternativas e combustíveis renováveis.			Destaque Ministério do Transporte	
15. Estudar e buscar soluções que viabilizem a evolução gradativa do uso dos biocombustíveis nos motores dos veículos, garantindo os interesses do consumidor, mitigando os impactos ambientais, financeiros e tecnológicos.			Destaque Ministério do Transporte	
16. Planejar o processo de descarbonização do transporte, considerando as especificidades de cada modal e tecnologias de baixo carbono.			Destaque Ministério do Transporte	
17. Divulgar a evolução das metas de eficiência energética para veículos pesados no Relatório Anual do Programa Rota 2030.			Destaque Ministério do Transporte	
18. Melhorar a eficiência energética, considerando a ampliação e melhoria da capacidade viária existente.			Destaque Ministério do Transporte	
19. Desenvolver e implementar Sala de Situação para o transporte, voltada para o conhecimento dos riscos associados aos efeitos resultantes das alterações climáticas.			Destaque Ministério do Transporte	
C) Enfrentamento da emergência climática				
Câmara Técnica de Justiça Climática (Destaques CNI – retirada de menção a resoluções prioritárias)				
			21. Revisão da Resolução Conama 462/2014 sobre eólicas on shore para a inclusão dos aspectos sociais. (Proposta de inclusão SMC).	

REDAÇÃO ORIGINAL	ABEMA	SOCIEDADE CIVIL	GOVERNO FEDERAL	ENTIDADES EMPRESARIAIS
			22. Inclusão de análise de emissão dos GEE (gases de efeito estufa) no licenciamento ambiental.	
			23. Inclusão de planos de adaptação ou planos clima (mitigação e adaptação) nos planos diretores. (Proposta de inclusão SMC).	
			24. Classificação de gases de efeito estufa ou Carbono equivalente como gases poluidores. (Proposta de inclusão SMC).	
D) Qualidade ambiental nas cidades e no campo				
3. Combater a Poluição Química, levando-se em conta que as políticas de enfrentamento das Mudanças Climáticas e de Proteção da Biodiversidade não podem prescindir da integração com uma política nacional de segurança química.			Combater a Poluição Química, incluindo os retardantes químicos utilizados em incêndios florestais, levando-se em conta que as políticas de enfrentamento das Mudanças Climáticas e de Proteção da Biodiversidade não podem prescindir da integração com uma política nacional de segurança química. (Proposta de alteração SMC).	
Enfrentar a contaminação por resíduos da mineração, especialmente junto aos povos e comunidades tradicionais.			Destaque MME	Destaque CNI
5. Atuar de forma coordenada para redução e controle do uso excessivo de agrotóxicos, combatendo riscos, diretos e indiretos, no meio ambiente e na saúde dos trabalhadores rurais e consumidores.		Atuar de forma coordenada para redução e controle do uso de agrotóxicos, combatendo riscos, diretos e indiretos, no meio ambiente e na saúde dos trabalhadores rurais e consumidores. (Sugestão de alteração Sociedade Civil).		Destaque CNI
Setor de Transporte - logística reversa e qualidade do ar				
6. Criar marco regulatório de logística reversa de veículos automotores.			(Destaque Ministério do Transporte)	
7. Definir o papel do transportador na logística reversa e viabilizar a representação setorial em comitês dedicados.			(Destaque Ministério do Transporte)	

REDAÇÃO ORIGINAL	ABEMA	SOCIEDADE CIVIL	GOVERNO FEDERAL	ENTIDADES EMPRESARIAIS
8. Criar programa, de forma colaborativa, para o monitoramento das emissões veiculares, baseado na inspeção veicular ambiental.2			(Destaque Ministério do Transporte)	
9. Fortalecer a Rede de Monitoramento da Qualidade do Ar no território nacional.			(Destaque Ministério do Transporte)	
Câmara Técnica de Controle Ambiental e Gestão Territorial				
11. Resolução Conama nº 498/2020 - Define critérios e procedimentos para produção e aplicação de bioossólido em solos, e dá outras providências.				Destaque CNI
12. Resolução Conama nº 499/2020 - Dispõe sobre o licenciamento da atividade de coprocessamento de resíduos em fornos rotativos de produção de clínquer.				Destaque CNI
13. Resolução Conama nº 413/2009 - Dispõe sobre o licenciamento ambiental da aquicultura, e dá outras providências.				Destaque CNI
			14. Resolução Conama nº 462/2014 - Estabelece procedimentos para o licenciamento ambiental de empreendimentos de geração de energia elétrica a partir de fonte eólica em superfície terrestre (para a inclusão dos aspectos sociais).(Proposta de inclusão SMC)	
15. Elaborar resolução para normatizar o sistema municipal de compensação ambiental nos casos de licenciamento ambiental municipal.				Destaque CNI
16. Resolução Conama nº 491/2018 - Dispõe sobre padrões de qualidade do ar. Decisão do STF define prazo para a edição de novos padrões de qualidade do ar, alinhados com os valores de referência da Organização Mundial da Saúde (OMS).				Destaque CNI

REDAÇÃO ORIGINAL	ABEMA	SOCIEDADE CIVIL	GOVERNO FEDERAL	ENTIDADES EMPRESARIAIS
17. Resolução Conama nº 316/2002 - Dispõe sobre procedimentos e critérios para o funcionamento de sistemas de tratamento térmico de resíduos.				Destaque CNI
18. Resolução Conama nº 499/2020 - Dispõe sobre o licenciamento da atividade de coprocessamento de resíduos em fornos rotativos de produção de clínquer.				Destaque CNI
19. Resolução Conama nº 501/2021 - Altera a Resolução nº 382/2006, que estabelece os limites máximos de emissão de poluentes atmosféricos para fontes fixas.				Destaque CNI
20. Resolução Conama nº 357/2005 - Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes, e dá outras providências.				Destaque CNI
21. Resolução Conama nº 430/2011 - Dispõe sobre condições e padrões de lançamento de efluentes, complementa e altera a Resolução no 357, de 17 de março de 2005, do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA.				Destaque CNI
22. Resolução Conama nº 472/2015 - Dispõe sobre o uso de dispersantes químicos em incidentes de poluição por óleo no mar.				Destaque CNI
23. Resolução Conama nº 274/2000 - Define os critérios de balneabilidade em águas brasileiras.				Destaque CNI
24. Resolução Conama nº 463/2014 - Dispõe sobre o controle ambiental de produtos destinados à remediação.				Destaque CNI

REDAÇÃO ORIGINAL	ABEMA	SOCIEDADE CIVIL	GOVERNO FEDERAL	ENTIDADES EMPRESARIAIS
25. Resolução Conama nº 420/2009 - Dispõe sobre critérios e valores orientadores de qualidade do solo quanto à presença de substâncias químicas e estabelece diretrizes para o gerenciamento ambiental de áreas contaminadas por essas substâncias em decorrência de atividades antrópicas.				Destaque CNI
26. Elaborar resolução sobre o reuso de água, que consiste no processo de converter águas residuais que seriam descartadas em água que pode ser reutilizada em outros propósitos.				Destaque CNI
27. Elaborar resolução sobre grandes geradores e logística reversa. Resoluções Conama nº 404 (que trata de pilhas e baterias) e nº 416 (que trata da coleta e destinação de pneus inservíveis).				Destaque CNI
28. Criar e regulamentar o Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos – PRONARA.				Destaque CNI